

ciudades revista

ISSN (online) 2448-1092

volume 15
número 25
2023



equipe editorial

Cidades é uma publicação voltada à divulgação de pesquisas e reflexões que envolvem a compreensão da problemática urbana a partir de um olhar preferencial, mas não exclusivamente geográfico.

Fundada em 2002 sob a responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), ela está hoje sediada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob a responsabilidade de um Conselho Editorial que, em 2020, assumiu a revista sob o compromisso com a pluralidade na produção do conhecimento no campo dos estudos urbanos.

A revista tem como objetivo contribuir para ampliar nossa capacidade de ler e interpretar o processo de urbanização e as cidades num período em que tem se aprofundado a complexidade das relações que orientam processos e dinâmicas e se aceleram o ritmo das transformações.

Cidades está vinculada à linha de pesquisa Produção do espaço urbano-regional do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFFS.

Publicação sob responsabilidade da Universidade Federal da Fronteira Sul
Rodovia SC 484 - Km 02, - Chapecó, SC, Brasil. CEP 89815-899
ISSN (online) 2448-1092

cidades.uffs.edu.br
@revistacidades



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

volume 15 | número 25 | ano 2023

Conselho editorial

Dr.^a Catherine Chatel

Université Paris Cité, França

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr.^a Juçara Spinelli

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr. Márcio José Catelan

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Dr. Oscar Sobarzo

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Dr.^a Patricia Helena Milani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Dr. William Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Responsável editorial

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Direção de arte e design

Arq. e Urb. Amanda Rosin de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP)

Equipe de apoio

Me. Carliana Grosseli

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Me. João Henrique Zoehler Lemos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Vitor Hugo Batista

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Bibliotecária responsável

Franciele Scaglioni da Cruz

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Projeto gráfico e diagramação

AROLab | Amanda Rosin de Oliveira

Capa: Arte vetorizada por Inayara Sampaio

Conselho Editorial Internacional

Dr.^a Alicia Lindón, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, México, alicia.lindon@gmail.com
Dr.^a Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo, Brasil, anafanic@usp.br
Dr. Angelo Serpa, Universidade Federal da Bahia, Brasil, angeloserpa@hotmail.com
Dr.^a Aurélia Michel, Université Paris Cité, França, aurelia.michel@univ-paris-diderot.fr
Dr. Carles Carreras, Universitat de Barcelona, Espanha, ccarreras@ub.edu
Dr.^a Carme Bellet, Universitat de Lleida, Espanha, carme.bellet@udl.cat *in memoriam*
Dr.^a Claudia Damasceno, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, claudia.damasceno@ehess.fr
Dr.^a Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, dlan@fch.unicen.edu.ar
Dr.^a Doralice Sátyro Maia, Universidade Federal da Paraíba, Brasil, dsatyromaia@gmail.com
Dr. Federico Arenas, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, farenasv@uc.cl
Dr. Gabriel Silvestre, University of Sheffield, Reino Unido, g.silvestre@sheffield.ac.uk
Dr. Horacio Capel, Universitat de Barcelona, Espanha, hcapel@ub.edu
Dr. Jan Bitoun, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, bitounjan@gmail.com
Dr. José Borzachiello da Silva, Universidade Federal do Ceará, Brasil, borzajose@gmail.com
Dr. Laurent Vidal, Université de La Rochelle, França, lvidal@univ-lr.fr
Dr.^a Leila Christina Dias, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, leila@cfh.ufsc.br
Dr.^a Luciana Buffalo, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, lubuffalo@gmail.com
Dr. Luis Alberto Salinas Arreortua, Universidad Nacional Autónoma de México, México, luis_arreortua@hotmail.com
Dr.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito, Universidade Estadual Paulista, Brasil, mebsposito@gmail.com
Dr.^a María Laura Silveira, Conicet/Universidad de Buenos Aires, Argentina, maria.laura.silveira.1@gmail.com
Dr.^a Odette Carvalho de Lima Seabra, Universidade de São Paulo, Brasil, odseabra@usp.br
Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, paulo.soares@ufrgs.br
Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia, Brasil, pavascon@uol.com.br
Dr. Roberto Lobato Corrêa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, lobatocorrea39@gmail.com
Dr. Rodrigo Hidalgo, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, rodrigohidalgogeo@gmail.com
Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior, Universidade Federal do Pará, Brasil, stclair-jr@hotmail.com
Dr.^a Tatiana Schor, Universidade Federal do Amazonas, Brasil, tatiana.schor@gmail.com
Dr. Vincent Berdoulay, Université de Pau et des Pays de l'Adour, França, vincent.berdoulay@univ-pau.fr

O ESPAÇO PÚBLICO SOB A LÓGICA FRAGMENTÁRIA: PRÁTICAS ESPACIAIS, NOVAS DISTINÇÕES E INSURGÊNCIAS

RAFAEL ROXO

Universidade Federal de São João Del Rei

rafaelroxo@hotmail.com

EDA MARIA GÓES

Universidade Estadual Paulista

eda.goes@unesp.br

RESUMO

O objetivo do artigo é compreender como o processo de fragmentação socioespacial se relaciona com as novas distinções sociais e as práticas realizadas nos espaços públicos das cidades brasileiras. Nas praças, as barreiras simbólicas entre os distintos grupos (quando em copresença) e a segmentação temporal das atividades (e usuários) são identificadas como indícios da sociabilidade fragmentária, tanto no sentido da afirmação, como de negação do direito à cidade. Discutimos também a produção de novos espaços públicos efêmeros, os chamados “picos”. Neles pode-se identificar a força política das insurgências na realização de festas clandestinas no contexto das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Como estudo de caso empírico, o foco recai em espaços públicos da cidade de Maringá (PR), nos quais foram aplicadas enquetes, realizadas observações de campo, além de levantamento na mídia digital e de entrevistas com moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Fragmentação socioespacial; Espaços públicos; Práticas espaciais; Maringá.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

PUBLIC SPACE UNDER A FRAGMENTARY LOGIC: SPATIAL PRACTICES, NEW DISTINCTIONS, AND INSURGENCIES

ABSTRACT

The objective of the article is to understand how the process of socio-spatial fragmentation is related to new social distinctions and practices carried out in the public spaces of Brazilian cities. In public squares, the symbolic barriers between the different groups (in co-presence) and the temporal segmentation of activities (and users) are indications of a fragmentary sociability, both in the sense of affirming and denying the right to the city. We also discuss the production of new ephemeral public spaces, the so-called “peaks”. They have revealed the political strength of the insurgencies in holding clandestine parties in the context of restrictions imposed by the Covid-19 pandemic. As an empirical case study, the focus falls upon public spaces in the city of Maringá (in the state of Paraná), in which we applied surveys, and carried out field observations, in addition to surveys in the digital media platforms and interviews with residents.

KEYWORDS: Socio-spatial fragmentation; Public spaces; Spatial practices; Maringá.

ESPACIO PÚBLICO BAJO LÓGICAS FRAGMENTARIAS: PRÁCTICAS ESPACIALES, NUEVAS DISTINCCIONES E INSURGENCIAS

RESUMEN

El objetivo del artículo es comprender cómo el proceso de fragmentación socioespacial se relaciona con las nuevas distinciones y prácticas sociales realizadas en los espacios públicos de las ciudades brasileñas. En las plazas, las barreras simbólicas entre los diferentes colectivos (cuando están en copresencia) y la segmentación temporal de actividades (y usuarios) se identifican como evidencia de una sociabilidad fragmentada, tanto en el sentido de afirmación como de negación del derecho a la ciudad. También discutimos la producción de nuevos espacios públicos efímeros, los llamados “picos”, que resultaron ser fuerzas políticas de insurgencia, con la realización de fiestas clandestinas en el contexto de restricciones impuestas por la pandemia de Covid-19. Como estudio de caso empírico, el foco está en los espacios públicos de la ciudad de Maringá (estado de Paraná), en los que se aplicaron encuestas y se hicieron observaciones de campo, además de encuestas en medios digitales y entrevistas a habitantes.

PALABRAS CLAVE: Fragmentación Socioespacial; Espacios públicos; Prácticas espaciales; Maringá.

1 | INTRODUÇÃO

As transformações da cidade e do urbano – com a produção de novas centralidades, o crescimento dos espaços privados de uso coletivo, como *shopping centers*, parques temáticos e clubes, das novas formas de *hábitats*, como espaços residenciais fechados, estão relacionadas com as alterações nas relações público-privadas, afetando usos, funções e práticas nos espaços públicos. Tais aspectos apresentam-se como problemática implicada no processo de fragmentação socioespacial, que vem sendo observado na cidade contemporânea nas últimas décadas (Salgueiro, 1998; Prévôt-Schapira, 2001; Navez-Bouchanine, 2002; Sposito; Sposito, 2020).

A fragmentação socioespacial pode ser compreendida como um processo que condiciona “rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios” (Salgueiro, 1998, p. 39-43), realizando-se de modo desigual e diferenciado, temporal e espacialmente, nos territórios nacionais, nas regiões, nos espaços urbanos e nas estruturas sociais¹. Ele condiciona segmentações no mercado de trabalho, na mobilidade, habitação, lazer e no consumo (Prévôt-Schapira, 2001), promovendo o surgimento de

1 O processo de fragmentação socioespacial ocorre em diferentes escalas e dimensões. De modo estrutural, está associado aos processos de reestruturação produtiva e da cidade, à globalização e ao neoliberalismo. Na escala global, combina os processos de realocação das atividades produtivas, a abertura e a desregulamentação dos mercados, a disseminação de novas formas de produção (flexíveis, híbridas) e o consumo (cultural, turístico, novos *hábitats* etc.), com a reestruturação dos Estados, por meio da substituição do modelo de bem-estar social e da atribuição de novas funções às entidades subnacionais (Navez-Bouchanine, 2002).

novas barreiras materiais, simbólicas e o aprofundamento da segregação socioespacial (Sposito; Góes 2013) e culminando em novos modos de vida, polarizações e redes (Navez-Bouchanine, 2002).

Desse modo, o aumento das desigualdades e da diferenciação socioespacial assume o sentido de negação do outro e do direito à cidade, alterando o tecido urbano, as práticas espaciais e o imaginário social (Magrini; Catalão, 2019). Entretanto, é possível encontrar evidências de intensidades variadas, e mesmo processos combinados e contraditórios à fragmentação socioespacial, como demonstramos neste artigo. O surgimento de novas distinções entre as classes sociais (Bourdieu, 2007)², em muitos casos com a recriação de identidades sociais, étnico-culturais, de modas, de movimentos juvenis, de tribos urbanas (Maffesoli, 2005), que significam novas segmentações sociais³, com efeitos na produção

2 Sobre a distinção social, Bourdieu (2007) afirma que as pessoas buscam se diferenciar a partir da aquisição de bens e valores culturais que são considerados prestigiosos dentro de uma determinada sociedade. Para ele, a aquisição de capital cultural, composto por conhecimentos, habilidades e valores culturais, é uma das formas pelas quais as pessoas se distinguem socialmente. Outras formas de distinção têm como base as identidades culturais, como é o caso das tribos urbanas pós-modernas (Maffesoli, 2005), representativas da segmentação social contemporânea. É importante compreender como essas distinções e *habitus* se manifestam na cidade, no espaço público e se relacionam com o processo de fragmentação socioespacial, como analisamos em seguida. Sobre o tema, ver Giglia (2012) e Góes *et al.* (2019).

3 Segmentações sociais que ocorrem para além da divisão entre classes sociais.

cotidiana da cidade, seus espaços públicos e privados, sempre de acordo com possibilidades desiguais (Roxo; Góes, 2021), também podem ser relacionados ao processo de fragmentação socioespacial.

Inicialmente, para discutir essa problemática, é necessário considerar que o espaço público é composto por locais de livre acesso na cidade, que podem ser entendidos como lugares da ação política e da comunicação pública (Duhau; Giglia, 2010; Arendt, 1991; Habermas, 2014). Ele abrange quase todo o espaço urbano, com exceção das residências e outras propriedades privadas. As interações sociais no espaço público são organizadas por funções, como lazer, esporte e consumo, sendo os seus usos relacionados com a diversidade de espaços privados de acesso público, como bares, cafés, restaurantes e mercados (Sennett, 1999; Jacobs, 2011; Duhau; Giglia, 2016). Os espaços públicos funcionam como um sistema hierárquico, no qual o centro e as centralidades, as praças e os parques possuem diferentes áreas de influência e se caracterizam por diversas formas de interação social (Duhau; Giglia, 2010; Gomes; Ribeiro, 2018; Souza, 2020).

Nesse sentido, importa levar em conta os diferentes ritmos da cidade e como eles influenciam o cotidiano dos habitantes. De acordo com Lefebvre (2000), a cidade é um espaço complexo e heterogêneo, composto por múltiplas temporalidades que se interconectam. Seus ritmos podem ser entendidos como fluxos e movimentos, como o tráfego de veículos, o ir e vir das pessoas nas ruas, o horário de funcionamento das lojas e empresas, entre outros aspectos, que criam uma dinâmica própria para cada bairro e localização, influenciando diretamente no

cotidiano dos habitantes⁴ e, conforme Duhau e Giglia (2010), nas ordens urbanas da cidade⁵.

Nas cidades contemporâneas, estudiosos evidenciaram que o espaço público é cada vez mais controlado para proporcionar segurança aos consumidores, limitando as possibilidades de encontro com as diferenças (Cortés, 2008; Delgado; Malet, 2007). Isso implica a redução de sua capacidade de promover a cidadania e os efeitos dessas transformações já foram interpretados como “destruição” (Davis, 1993), “morte” (Sennett, 1999) e “crise” (Caldeira, 2000), principalmente em função do crescimento do uso dos automóveis e da transformação das ruas e passeios em espaços de fluxos e/ou passagem, o que leva à redução da sua função política, aspecto fundamental para a realização do ideário da cidadania a que seria destinado. Vários fatores contribuem para isso, incluindo a

4 Um exemplo claro disso é o horário de funcionamento das empresas e estabelecimentos comerciais. Em uma região de escritórios, por exemplo, o ritmo é fortemente influenciado pelo horário de trabalho, que costuma ser das 8h às 18h. Já em uma área mais boêmia, os horários de abertura e fechamento dos bares e restaurantes podem ser mais flexíveis, acompanhando o ritmo dos clientes e da vida noturna. Nesse sentido, é importante que a cidade mantenha espaços e serviços que se adaptem aos diferentes ritmos dos habitantes e grupos, para que todos possam usufruir do espaço urbano. Isso envolve desde a oferta de transporte público em horários alternativos até a criação de espaços de convivência que se adaptem a diferentes públicos.

5 De acordo com Duhau e Giglia (2010), a ordem urbana refere-se ao conjunto de normativas e regras (formais ou jurídicas e informais ou convencionais dos habitantes), das funções (usos e formas de apropriação dos espaços ou bens públicos ou de uso coletivo) e das representações simbólicas acerca do espaço público.

fragmentação dos usos e funções da cidade, a segmentação social, a dispersão da centralidade do espaço público, a insegurança e a privatização da gestão pública (Carrión, 2016).

Esses aspectos fazem do espaço público o *locus* das disputas políticas e ideológicas contemporâneas, características do projeto neoliberal de gestão das cidades, objetivando a atração de investimentos e a valorização imobiliária, como o *city marketing*, os projetos turísticos e culturais de renovação urbana etc., com consequentes conflitos nas áreas atingidas (Duhau; Giglia, 2016). Para esses autores, como decorrência destas intervenções, identificam-se dois processos paralelos e complementares: privatização e especialização do espaço público. Nesse sentido, na escala da cidade e do urbano, a produção do público e do privado se desenvolve no contexto de crescimento acelerado da valorização do solo e das novas formas urbanas (de produção, consumo e hábitos), que intensificam e recriam as distinções sociais, concretizadas nas práticas espaciais, vividas no cotidiano (Sposito; Sposito, 2020; Legroux, 2021).

Há evidências de que essas dimensões do processo de fragmentação socioespacial e sua influência nas relações público-privadas estão presentes nas cidades brasileiras, não se limitando às metrópoles, como tem sido demonstrado pela equipe do Projeto Temático FragUrb⁶. Assim, considerando os aspectos

6 Os resultados apresentados neste artigo baseiam-se em pesquisa de pós-doutorado do primeiro autor, inserida no Projeto Temático FragUrb (Fapesp). Além de Maringá, também pesquisamos Ribeirão Preto – SP, Dourados – MS e Ituiutaba – MG.

elencados, o objetivo do artigo é compreender como os processos de produção do espaço urbano, especialmente de fragmentação socioespacial, se relacionam com as mudanças nas relações público-privadas, evidenciadas pelas práticas espaciais, regidas pelas novas formas de distinção social e realizadas nos espaços públicos. Para atingir tal objetivo, reconhecendo a importância das relações entre teórico e empírico, partimos de um estudo de caso, a cidade de Maringá – PR.

Nossa pesquisa sobre espaços públicos na cidade de Maringá evidenciou, além dos processos destacados acima, a multiplicidade de novos usos e finalidades atribuídas a ele, ampliando os significados e se contrapondo às referidas teses de “morte”, “destruição” e “crise” do espaço público. Como discutimos nos tópicos seguintes, apesar da vivacidade de muitos espaços públicos nas cidades médias por nós analisadas, novas segmentações espaço-temporais vêm emergindo, principalmente naqueles com maior centralidade. Também encontramos evidências da ação política de jovens, que se organizam com vistas às suas práticas espaciais de lazer, como o uso do *skate* e a realização de festas consideradas clandestinas, em espaços denominados “picos”, no contexto da pandemia da covid-19 e do isolamento social, que interpretamos como práticas espaciais insurgentes (Souza, 2020)⁷.

7 Ainda que o Estado tenha um papel relevante na produção e gestão dos espaços públicos, influenciando nos seus usos, funções e formas de apropriação (Cortés, 2008; Jacobs, 2011; Duhau; Giglia, 2016; Delgado; Malet, 2007), como analisamos sobretudo nas seções 2 e 3, procuramos descrever também as práticas espaciais para além daquelas realizadas ou influenciadas pelo Estado, incluindo as realizadas nos

A partir da revisão bibliográfica, o estudo do caso da cidade de Maringá foi realizado com base em entrevistas, enquetes aplicadas em espaços públicos, observações de campo e levantamento na mídia digital. Foram aplicadas 79 enquetes num sábado, dia 27/10/2019, na Praça da Catedral, durante o trabalho de campo de reconhecimento. A enquete contou com 12 perguntas que visavam, principalmente, uma caracterização inicial dos frequentadores (idade, escolaridade, renda, local de moradia, meio de transporte), além de suas práticas no espaço, opiniões sobre os mesmos e eventual uso de outros espaços públicos⁸ (Santos, 2020). Realizamos dois outros trabalhos de campo, um primeiro entre 18/11 e 24/11/2020, e outro de 10/06 a 13/06/2022, nos quais foi possível observar os principais usos e ritmos de alguns espaços públicos. Nesses períodos, entrevistamos cidadãos moradores de diferentes habitats, desde espaços residenciais fechados e elitizados até conjuntos habitacionais populares⁹. No caso de Maringá, foram realizadas

33 entrevistas como moradores¹⁰. Elas versam sobre habitação, lazer, trabalho, consumo e mobilidade, dando destaque aos espaços públicos no cotidiano dos cidadãos. Por último, também recorreremos às redes sociais (*Instagram, Facebook*) e notícias de jornais que versam sobre os espaços públicos de Maringá, em especial àquelas que fazem menção aos usos e eventuais conflitos envolvendo praças e parques¹¹.

espaços que não são juridicamente públicos ou que não foram produzidos com essa finalidade, analisados na seção 4 deste texto.

8 Esse procedimento metodológico objetiva uma aproximação em relação aos frequentadores do espaço público pesquisado, em especial no que se refere aos aspectos mencionados nas perguntas: caracterização, práticas nesse espaço e opiniões sobre ele.

9 Parte das entrevistas foi realizada em modo *online* (em função do isolamento imposto pela pandemia de Covid-19), pelos pesquisadores do Projeto Temático FragUrb. Todas elas, presenciais ou não, foram gravadas, com autorização do/a entrevistado/a, e transcritas por bolsistas de apoio técnico.

10 Esse procedimento metodológico é qualitativo e objetiva uma aproximação com o cotidiano e as opiniões de cidadãos residentes em Maringá no que se refere às dimensões citadas. Para este artigo, as relações com os espaços públicos são especialmente importantes. Para um maior detalhamento deste procedimento, ver Góes *et al.* (2022).

11 As praças e parques analisados foram selecionados em função da sua centralidade no espaço urbano. Neste artigo, demos ênfase para a Praça da Catedral e a Praça da Patinação. Além dos outros procedimentos utilizados, recorreremos às notícias de jornais acerca de seus usos, funções e eventuais conflitos. Para a Praça da Patinação ou *Banks*, em função do uso, apropriação e transformação realizados por skatistas, recorreremos também à análise das publicações no *Facebook* e *Instagram* da Associação dos Skatistas de Maringá – ASKM.

2 | MARINGÁ – ELEMENTOS PARA APREENSÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Maringá é um município localizado no norte do Paraná, possui aproximadamente 430 mil habitantes com elevada renda média, R\$44.442, e IDHM 0,808 (IBGE, 2020). Nos últimos anos, muitas teses e dissertações tem contribuído para compreendermos o processo de produção do espaço urbano dessa cidade (Rodrigues, 2004; Bovo, 2009; Cordovil, 2010; Tows, 2015; Leonardo, 2017).

O povoamento do que é hoje o município de Maringá se iniciou por volta de 1938, pelo planejamento e ação de colonização realizados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa de capital britânico que deu origem a um povoado de seis quadras, denominado hoje de Maringá Velho. O projeto da cidade é datado de 1943, assinado pelo urbanista paulista Jorge de Macedo Vieira, inspirado no ideal da “cidade-jardim” elaborado pelo britânico Ebenezer Howard (Bovo, 2009; Meneguetti *et al.*, 2009)¹². O plano original estabelecia a demarcação de zonas conforme as funções e a segmentação socioeconômica, o que favoreceu a separação entre as classes médias e altas e os trabalhadores. O paisagismo (arborização, parques e praças) e o sistema viário, caracterizado por largas avenidas e calçadas, exerceu papel na estruturação urbana. Desse modo, a valorização dos espaços públicos, como parques, praças e passeios, foi combinada com a segregação socioespacial (Rodrigues, 2004; Cordovil, 2010; Tows, 2015; Leonardo, 2017).

O plano urbanístico original organizou os bairros operários afastados a leste e oeste do centro, que experimentam intensas mudanças atualmente¹³. Mas o centro ainda é local de moradia dos segmentos de alta renda de Maringá, como evidenciado pelos edifícios residenciais de alto padrão, habitados e em construção. Isso ajuda a entender por que parte considerável das características do plano urbanístico original e de seus espaços públicos foram mantidas, inclusive são recriadas ao longo do tempo, vinculadas à projeção de certas imagens de cidade “moderna”, “jardim”, “planejada”, “verde”, “sustentável”, “tecnópole” etc. (Bovo, 2009)¹⁴. Esses aspectos favorecem a valorização imobiliária e condicionam a produção das centralidades do lazer e do consumo e as práticas espaciais que são condição e produto da lógica fragmentária.

12 A cidade-jardim é um conceito urbanístico que surgiu entre o final do século XIX e início do século XX. Essa ideia foi divulgada pelo arquiteto britânico Ebenezer Howard que, em 1898, publicou o livro *Garden Cities of To-morrow*, no qual detalha a criação de cidades projetadas para resolver os problemas relacionados ao rápido crescimento urbano-industrial. As características da cidade-jardim incluem a integração com a natureza, pela presença de espaços verdes, mas também a promoção de comunidades autossuficientes, com habitação, comércio e serviços integrados, vias arborizadas e calmas, que privilegiam o deslocamento a pé ou de bicicleta. Essa ideia influenciou a criação de diversas cidades-jardim ao redor do mundo, mesmo que muitas diferenças em relação ao projeto inicial sejam evidentes.

13 É exemplar o caso da Vila Operária, antes destinada aos trabalhadores e separada do centro pelo Parque do Ingá, que vem passando por intenso processo de valorização imobiliária, evidenciado pelos edifícios residenciais de alto padrão.

14 Em Maringá, um aspecto que chama a atenção é a arborização presente nos espaços públicos. De acordo com o plano urbanístico original, em cada rua ou avenida uma espécie de árvore devia ser utilizada para o embelezamento paisagístico das vias e canteiros (Bovo, 2009). As ruas, avenidas e calçadas largas criam um ambiente agradável à circulação de pedestres e ciclistas, sobretudo com as novas ciclovias, mesmo que a prioridade conferida aos automóveis tenha estado sempre presente.

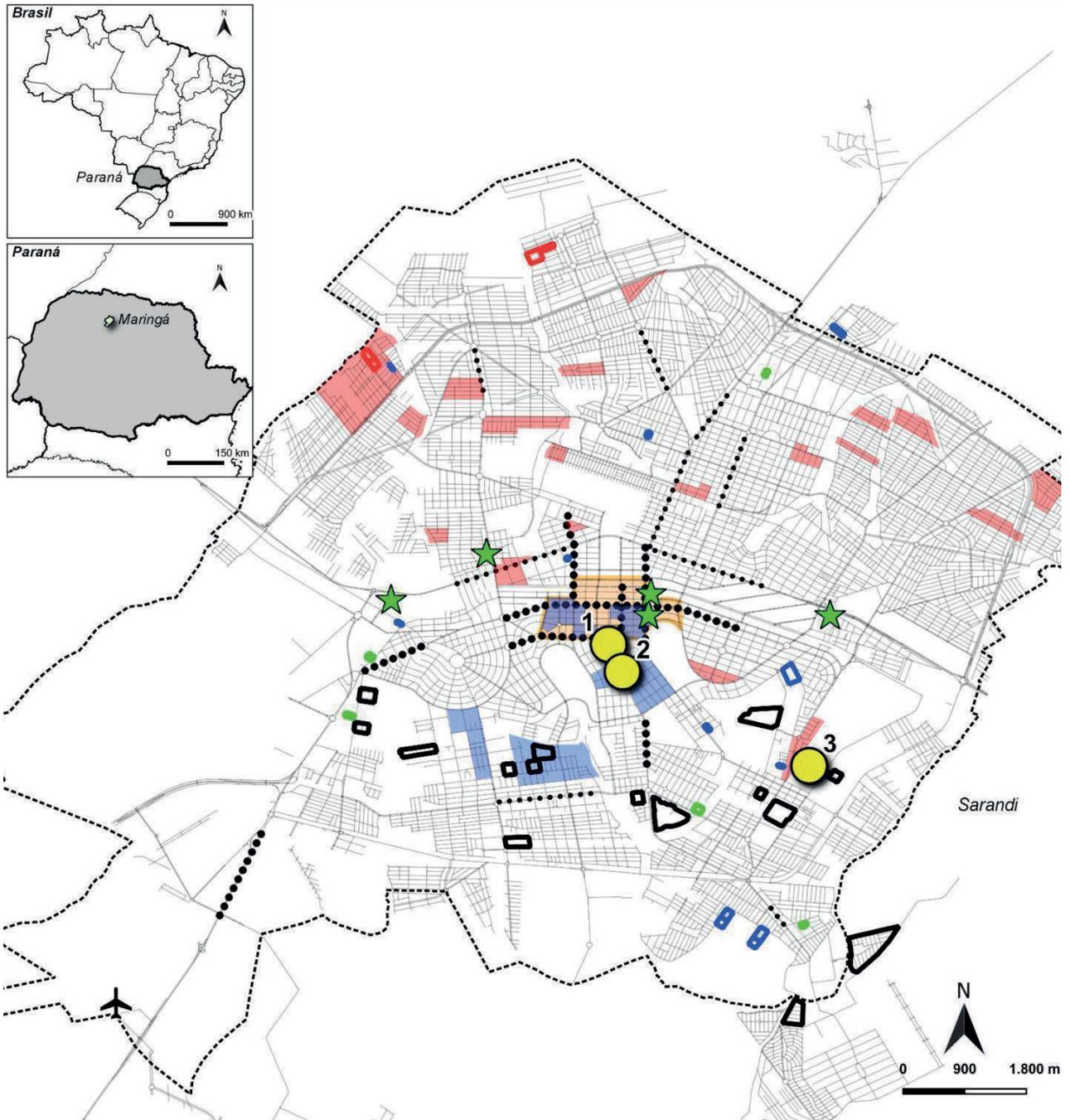
A configuração atual guarda semelhanças com o projeto original, inclusive mantendo afastados os trabalhadores e pobres do centro e de outras áreas privilegiadas, até mesmo realocando-os para outras cidades, como Sarandi e Paiçandu, que desempenham papel de periferias da aglomeração urbana (Rodrigues *et al.*, 2015). A exemplo disso, nos anos 1970, os projetos de extensão da Avenida Brasil e de criação do centro cívico, além da expansão dos conjuntos habitacionais na periferia da cidade e da construção da via expressa denominada contorno sul, para implantação de um distrito industrial e do aeroporto, foram fatores que favoreceram a dispersão urbana, a especulação imobiliária e a aglomeração com os municípios de Mandaguáçu, Marialva, Paiçandu e Sarandi (Cordovil, 2010; Leonardo, 2017; Tows, 2018).

Segundo Leonardo (2017), aspectos históricos, políticos e econômicos de Maringá podem ser mais bem compreendidos pelo termo *path dependence*, ou seja, pelo reconhecimento da trajetória relativamente estável das características institucionais, redes e hábitos associados ao planejamento e à gestão do território. Merece destaque a participação ao longo do tempo dos grandes comerciantes, proprietários fundiários e donos de empreiteiras locais, responsáveis por criar planos e projetos urbanos para a cidade e que, desde 1997, se articulam por meio do Conselho de Desenvolvimento de Maringá – CODEM. Tais ações e planos favoreceram historicamente as empreiteiras locais, a valorização do solo e a segregação socioespacial na aglomeração urbana (Cordovil, 2010; Rodrigues *et al.*, 2015; Leonardo, 2017; Tows, 2018).

Houve a complexificação das relações entre centro e periferia, constituídas histórico-espacialmente com a produção de novos espaços de consumo, lazer e moradia, como espaços residenciais fechados e conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (Mapa 1)¹⁵. Atrelado a isso, a intensificação da insegurança (real e imaginária) e a busca por distinção via consumo, por parte dos segmentos de média e alta renda, resulta no seu distanciamento, numa tentativa de evitar o convívio com as diferenças (Giglia, 2012) e na busca por viver entre iguais (Sposito; Góes, 2013), mesmo que em Maringá se observe que a importância do centro, inclusive expressa na sua valorização imobiliária, seja simultânea ao surgimento de novos eixos de expansão e valorização. Isso implica na continuidade da conservação de espaços públicos centrais, como a Praça da Catedral e o Parque do Ingá, e próximos, como a Praça da Patinação. Dessa maneira, combinam-se antigos e novos usos e significados dos espaços públicos e privados, redefinindo e condicionando as práticas espaciais no sentido de novas segmentações no uso do tempo e do espaço.

15 Por um lado, a produção de espaços residenciais fechados, em Maringá, teve início nos anos 1980. Nos anos 2000, há a acentuação da lógica de gestão empresarial do espaço urbano, com a implementação de projetos e parcerias público-privadas que buscam articular capitais locais com as lógicas globais de valorização imobiliária, a exemplo dos projetos Novo Centro (antigo Ágora), Cidade Industrial, Zona 10 e Eurogarden (Tows, 2015). Por outro lado, a maior parte das unidades habitacionais implantadas pelo PMCMV – Faixa 1 foi implantada fora do perímetro urbano, nos distritos de Floriano e Iguatemi.

Mapa 1 – Maringá: diferenciação socioespacial e espaços públicos analisados



LEGENDA

- Localização de espaços públicos analisados
- 1 - Praça da Catedral.
- 2 - Praça da Patinação (Praça Pedro Álvares Cabral).
- 3 - Pico.
- Aeroporto
- Shopping center

- Espaços residenciais fechados
- Área central
- Perímetro urbano
- Áreas com rendimento por chefes de família**
- De 1/2 a 3 salários mínimos
- Acima de 20 salários mínimos

- Empreendimentos MCMV**
- Faixa 1
- Faixa 2
- Faixa 3
- Eixos com elevada concentração de comércio e serviços
- Eixos com média concentração de comércio e serviços
- Eixos de ruas



Organizador: Rafael Roxo dos Santos
 Projeto Cartográfico: Geógrafo Vitor Augusto L. Camacho, 2023.

Projeto Temático Financiado pela FAPESP:
 "FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: ESCALAS, VETORES, RITMOS, FORMAS E CONTEÚDOS (FRAGURB)"
 Fonte: CNEFE, 2010 / Censo IBGE, 2010 / Wikimapia, 2022 / OpenStreetMaps, 2023.



Recentemente, nas duas gestões do prefeito Ulisses Maia (de 2017 até o presente), ocorreu o desestímulo à implantação de novos espaços residenciais fechados horizontais, como comentado em entrevistas com o então presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM e com o Diretor de Habitação¹⁶. As políticas de valorização dos espaços públicos têm continuidade nessas gestões municipais, com dezenas de reformas de praças e a criação de novas, como é o caso do projeto Meu Campinho¹⁷.

Os investimentos públicos realizados nos espaços públicos centrais, como na Praça Rocha Pombo, Praça da Patinação e no entorno do Parque do Ingá (pistas de caminhada, academias ao ar livre, fechamento da avenida nos finais de semana etc.), dentre outros, são fatores que ajudam na compreensão da sua atual dinâmica. Entretanto, os interesses de diferentes grupos e as contradições precisam ser explicitados.

Com base no estudo de duas praças e um “pico” em Maringá (Mapa 1), demonstramos que o espaço público vem assumindo novas funções e usos, tanto para o lazer e o consumo como para a valorização imobiliária, a exemplo dos projetos voltados ao turismo (Serpa, 2013). Por um lado, há a tendência de substituição de formas de interações sociais heterogêneas por relações segmentadas e homogêneas, características dos espaços privados (Duhau; Giglia, 2010; Serpa, 2013; Souza, 2020). Por outro lado, como lugares de livre acesso/democráticos, os espaços públicos analisados se caracterizam pelas disputas, concessões e acordos, com potencial para novas sociabilidades públicas (Gomes; Ribeiro, 2018), imprevisibilidades, alteridades e práticas espaciais insurgentes (Souza, 2020).

3 | A PRAÇA DA CATEDRAL: CENTRALIDADE, DIVERSIDADE E SEGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

A Praça da Catedral é um espaço público que exerce grande centralidade em Maringá, tanto nas proximidades, como na cidade e na aglomeração urbana, atraindo público de lugares e segmentos sociais distintos. Apesar de ser um espaço sem equipamentos e mobiliário, seu amplo gramado é usado para lazer, descanso, recreação e atividades esportivas. A primeira constatação, baseada em observações, aplicação de enquetes e entrevistas, é que há públicos e usos diversos de acordo com o dia e horário, indicando uma segmentação temporal das atividades e a especialização do espaço público.

Para a contextualização dessas constatações, importa levar em conta a relação entre espaço público e centralidade, uma vez que nenhuma área é ou não centro, torna-se centro pelos processos sociais. Portanto, podemos entender a centralidade como o processo que produz o centro e subcentros no espaço urbano. “Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. Todo

16 Entrevistas realizadas pela equipe do Projeto FragUrb, em 2020 e 2022 respectivamente.

17 Criado pelo Governo do Estado e executado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, o projeto Meu Campinho foi implantado com investimentos do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM). Eles custaram, em média, entre R\$ 470 mil e R\$ 500 mil (cada), e 17 foram implantados entre 2019 e 2020 em Maringá. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/19-unidades-do-Meu-Campinho-geram-entretenimento-em-Maringa>. Consultado em: 01 fev. 2022.

o espaço urbano foi, é e será, concentrado e poli(multi)cêntrico” (Lefebvre, 1999, p. 46), seja a partir de um mercado, da concentração de estabelecimentos, a partir de multidões de pessoas caminhando, jogos ou eventos culturais etc.

A Praça da Catedral também é o principal ponto turístico de Maringá, o que ajuda a entender a sua centralidade. Um estudo classificou a praça devido a sua “significação visual”. Isso se deve à edificação que se destaca por sua arquitetura, a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória (Angelis; Angelis Neto, 2000, p. 1447). Os gestores municipais anualmente realizam uma série eventos festivos na praça para promover o turismo¹⁸, como “Maringá Encantada”, associada ao Natal, a encenação da Paixão de Cristo, na Sexta-feira Santa e *shows*. Além disso, na praça contígua, ocorre o “Festival da Canção”, “Festival Gastronômico”, dentre outros, que são estratégicos para ampliar a inserção da cidade nos circuitos do capital. A associação do consumo turístico e cultural ao espaço público é um aspecto que favorece sua atratividade, porém pode significar maior controle sobre os usos e também usuários considerados indesejados para as classes médias e altas (Cortés, 2008; Delgado; Malet, 2007). Além disso, os espetáculos nos espaços públicos (como o teatro e os *shows*) podem ser despolitizantes, porque reduzem a oportunidade de participação ativa e interação com outros cidadãos, transformando-os em meros espectadores (Khon, 2008).

Esses aspectos por si serviriam para confirmar as teses de “morte” ou “destruição” das funções políticas dos espaços públicos, relacionadas ao consumo e à espetacularização. Entretanto, num contexto que remete à fragmentação socioespacial, nos parece mais adequado pensar em novas distinções sociais (Bourdieu, 2007) e em diferentes formas de interação social, que incluem a segmentação de públicos e usuários, em presença ou conforme dias e horários da semana, mas também de realização política, mediadas pelos espaços públicos (Gomes; Ribeiro, 2018; Castro, 2018; Souza, 2020). Em outros termos, aspectos contraditórios do acesso à urbanidade e à cidadania estão implicados nas relações público-privadas e no processo de fragmentação socioespacial.

Assim, é claro que tais “eventos culturais” interferem nos ritmos e usos cotidianos, alterando o público e as funções dos espaços públicos. No contexto cotidiano, a atratividade da Praça da Catedral e sua centralidade podem ser explicadas pela acessibilidade que favorece seu uso, o que é evidenciado tanto pela presença de linhas de ônibus, como pelas muitas vagas de estacionamento disponíveis. O monumento-igreja certamente é um fator de atratividade para turistas e fiéis, reforçado pela iluminação. A praça está próxima a grandes eixos comerciais e de serviços e, além disso, nas adjacências há um posto de gasolina com uma loja de conveniência 24 horas e uma lanchonete McDonalds. Todos esses elementos estão relacionados com a combinação de funções (comerciais, de serviços e lazer, religiosa, estética, simbólica) que favorecem os distintos usos e a vivacidade desse espaço público (Sennett, 1999; Duhau; Giglia, 2016; Jacobs, 2011).

Observamos que, durante a semana, no período da manhã, o número de usuários é reduzido em função das rotinas de trabalho, estudo etc. O público aumenta a partir do entardecer. Há presença de grupos de jovens, alguns casais e seus filhos, que também utilizam o espaço para caminhar com carrinho ou brincar

18 Por exemplo, *outdoors* com propaganda da “Maringá Encantada” foram vistos em diferentes localizações do estado do Paraná em 2019.

em família, mas em número menor ao de praticantes de atividades esportivas, público predominante, sobretudo, entre segundas e quintas-feiras. O reduzido número de carros no estacionamento indica que o público, nesses dias, reside nas proximidades, diferenciando-se dos demais dias da semana. Nas sextas-feiras, o público de praticantes de atividades esportivas é menor que nos outros dias, destacando-se o número elevado de jovens e adolescentes, assim como de famílias com crianças e mesmo bebês. Nos finais de semana, essa inversão, iniciada sexta-feira, se acentua, pois o número de jovens, famílias e crianças é bem maior que o de esportistas.

A necessidade de uma negociação maior do espaço com outros tipos de usuários pode explicar a redução do número de esportistas nos finais de semana. Nesses dias, há presença intensa de públicos provenientes de outras áreas da cidade e da aglomeração, diferente do que ocorre durante a semana. De acordo com os resultados das enquetes aplicadas no sábado (27/10/2019), a maioria (71%) é proveniente ou de áreas distantes (41%), ou do município vizinho (30%), Sarandi, enquanto uma minoria (29%) é moradora de bairros próximos (até 2 km). Uma informação relevante é que 78% afirmaram acessar a praça de carro, o que é um forte indício de que moradores da periferia (e de outras cidades da aglomeração, a exemplo de Sarandi) que não possuem carro, não frequentam a praça (Santos, 2020). A carência de espaços públicos e lazer nas demais cidades da aglomeração é notória e ajuda a compreender a atração exercida pelos espaços públicos de Maringá, como é o caso da Praça da Catedral, especialmente para quem dispõe de veículo próprio. A mobilidade restrita de usuários de transporte coletivo e sua ausência na referida praça relaciona-se às novas desigualdades regidas pelo processo de fragmentação socioespacial.

Nos finais de semana ocorre ainda o crescimento do comércio ambulante e de alimentos, que combina, contraditoriamente, atração e apropriação privada do espaço público, como argumentaremos mais adiante. O estacionamento também é usado por alguns dos grupos de jovens, no entorno de carros com som alto, onde bebem, fumam, conversam e dançam, próximos ao comércio ambulante que se concentra nas extremidades da praça. Em relação aos jovens, as diferenças nas roupas, gostos e idade foram notadas, indicando distintos grupos, lugares de origem e segmentos sociais distintos. Jovens skatistas e *bikers*, roqueiros, *hip-hopers* ou “manos e minas”, consumidores de narguilé, pessoas LGBTQIAPN+, estudantes, famílias, casais e grupos de igreja dividem o gramado da praça. Apesar da visibilidade mútua, a interação reduzida entre os distintos grupos é evidência de uma sociabilidade fragmentária. Como analisamos em seguida, ela pode ser associada a novas distinções e identidades sociais, a exemplo das tribos urbanas¹⁹.

As tribos urbanas pós-modernas podem ser definidas pelo fato de repartir e de viver um gosto particular, sexual, musical, religioso, esportivo, dentre outros, como aponta Maffesoli (2005). Para este autor, elas apresentam-se como uma forma alternativa ao político, na qual, mais do que a classe social ou a categoria profissional, o estilo, a moda ou certos *habitus* desempenham papel fundamental

19 Outros autores preferem tratar essas formas de sociabilidade como circuitos de jovens (Magnani, 2005) e mesmo movimentos sociais, como é o caso dos *punks* e do *hip-hop* (Turra Neto, 2009). Adotamos a noção de tribo urbana, no sentido dado por Maffesoli (2005), para quem a sociedade contemporânea está passando por uma transformação, na qual as pessoas estão se reunindo em grupos menores e mais informais. Alguns desses grupos podem (ou não) caminhar para movimentos políticos organizados, no sentido de, além de expressar sua identidade coletiva, resistir às normas sociais dominantes. É o caso dos *skatistas* que analisaremos no tópico seguinte.

na constituição das sociabilidades, alicerçadas no sentimento partilhado com base numa identificação estética de um “vivido emocional comum”. Suas práticas espaciais podem ser interpretadas como “formas de apresentação, comportamentos, atitudes que tem potencial reivindicativo, transgressor e de questionamento de valores e de regras”, que produzem formas de adesão, conflito, tensão e adaptação socioespaciais derivadas (Gomes; Ribeiro, 2018, p. 11).

As tribos urbanas frequentemente se apropriam dos espaços públicos para expressar sua identidade coletiva. Em alguns casos, isso envolve resistência às normas sociais dominantes, como é o caso dos *punks*, por exemplo. Em outros casos, apenas reproduzem valores associados ao consumo ou à religião. Além das tribos urbanas, em Maringá, grupos políticos tradicionais (à direita e à esquerda) continuam a usar a praça para manifestações organizadas²⁰. Este último aspecto, ainda comum e reproduzido nos espaços públicos de muitas cidades brasileiras, confirma a continuidade do sentido político do espaço público. É, portanto, a partir de disputas e acordos concretos, muitas vezes não explícitos, que eles são produzidos. Esses aspectos são evidências da continuidade de sua importância política e pedagógica, no que se refere ao aprendizado do convívio social, mas também indicam as novas segmentações, com implicações no tempo e no espaço.

Não é casual o emprego do verbo dividir, conforme destacado anteriormente, para caracterizar a presença dos distintos grupos no gramado da praça, simultaneamente, durante os finais de semana. Nesse sentido, nossa segunda constatação importante baseia-se na identificação de barreiras simbólicas e microterritorialidades na praça, tal como observado por Serpa (2013) em parques públicos de Paris e Salvador. O uso dos espaços públicos pelas tribos urbanas, grupos culturais, coletivos etc. e sua relativa homogeneidade interna, implica mais na reprodução de um ideal de comunidade do que de civismo público²¹, segundo Gomes e Ribeiro (2018) apontam. Conforme estes autores, a localização e a territorialidade dos sujeitos nas ruas, bares, praças, parques e praias estabelecem fronteiras de convívio (simbólicas, materiais e corporais). Ocorrem desencaixes espaço-temporais em que o ver e o ser visto depende da hora e da localização, do modo de circulação e dos transportes, do estilo e dos gostos musicais, nos quais os (des)encontros, os comportamentos, as apresentações e atitudes distintas se processam mediante a maior ou menor presença de outros grupos, sujeitos e coletividades.

Assim, a visibilidade e a negociação entre sujeitos e grupos distintos, mas também, no limite, as disputas, são características da sociabilidade na Praça da Catedral e noutros espaços públicos, envolvendo estratégias e negociações. Lindón (2017) permite avançar nessa análise, ao observar que no espaço público se realizam práticas individuais ou coletivas, nas quais se põem em jogo saberes acerca do que fazer, como interpretar os outros e como se comportar, estabelecendo aproximações e distanciamentos. São encontros marcados pelas performatividades de proteção/autoproteção, atitudes e gestos que buscam

20 É exemplar a manifestação organizada por grupos da direita pró-governo Bolsonaro em 25 de agosto de 2019.

21 Um exemplo claro disso foi o desrespeito por parte de jovens e adultos às normas sanitárias, durante a pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2021. Muitos descumpriram a proibição do uso das praças e parques, não usavam máscaras, mesmo em aglomerações, realizaram festas clandestinas, dentre outros fatos, que indicam a sobreposição de interesses do grupo de pertencimento sobre a sociedade.

diminuir a visibilidade e/ou a exposição do próprio corpo, por meio de objetos, outros corpos ou formas espaciais do lugar ou da mesma corporeidade (Lindón, 2017, p. 116-119).

Na Praça da Catedral de Maringá, os grupos de adolescentes e/ou jovens tendem a ficar em roda, voltados para si, aparentando estar fechados em si mesmos. A não ser pela interação visual, parece não haver maiores aproximações entre grupos. A presença de crianças tende a favorecer maior abertura, pois suas brincadeiras exigem mais espaço e não respeitam barreiras simbólicas. Muitas vezes, a bola aproxima as crianças com outros grupos, gerando algum tipo de interação, olhares, sorrisos e comentários, mesmo que fortuitos. Em diversos momentos, notamos a presença dos skatistas, *bikers* e observadores que se apropriam do espaço em frente à catedral, utilizando os largos degraus que ganham nova função pelas suas práticas²².

Na praça e na cidade, as barreiras simbólicas entre os distintos grupos, quando em presença, são indícios da sociabilidade fragmentária, ao mesmo tempo em que relativizam as distinções entre espaços públicos e privados, com novas formas de privatização, tal como interpretado por Duhau e Giglia (2010)²³. Esses aspectos são cada vez mais comuns nos espaços públicos de maior centralidade. Nos finais de semana, sobretudo, a presença de *food trucks*, que ocupam o passeio com suas mesas e cadeiras, vendedores ambulantes, *personal trainers* e seus equipamentos de ginástica, professores de yoga e de artes marciais, inclusive de grupos religiosos, indica a transferência de atividades que normalmente são realizadas em academias, escolas ou outros espaços privados para o espaço público. Trata-se da apropriação de porções do espaço público e a prevalência dos interesses de certos grupos e agentes sobre as coletividades, ainda que de modo predominantemente efêmero. Considerando que as restrições impostas pela pandemia de Covid-19 devem ter intensificado tal condição, pois houve a proibição de muitas das atividades antes realizadas em espaços privados, esse quadro evidencia o processo de privatização do espaço público que está em curso, mas sem gerar disputas evidentes.

22 Durante o último trabalho de campo, em 06/2022, constatamos que uma reforma da área externa da igreja transformou o local utilizado pelos skatistas, com a instalação de espelhos d'água, denotando disputas nem sempre evidentes.

23 Conforme Duhau e Giglia (2010), a privatização do espaço público refere-se ao processo de disseminação de equipamentos estatutariamente de propriedade privada, porém destinados ao uso público, como os parques temáticos, *shopping centers* e clubes que selecionam o público e definem as regras de comportamento. Um outro modo de privatização se refere aos espaços públicos submetidos a grupos de segurança e controle privados, culminando na restrição do acesso e/ou fechamento de praças, parques e ruas, por exemplo. Outro tipo de privatização é decorrente da apropriação e controle por grupos específicos, como traficantes e organizações criminosas em ruas ou favelas de espaços periféricos. Um último processo de privatização está relacionado com a expansão dos espaços residenciais fechados. Todas elas indicam restrições à acessibilidade e inclusividade, a substituição da regulação do espaço público por corporações privadas ou grupos sociais e o retrocesso do caráter público e do livre acesso a tais espaços.

Imagem 1: Microterritorialidades e privatização do espaço público na Praça da Catedral



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá

No limite, o espaço público analisado se apresenta como a justaposição de espaços apropriados de modo privado, divididos entre grupos e agentes, ocorrendo o “estranhamento mútuo de territórios privados”, nos quais a indiferença e o isolamento frente ao outro predomina (Serpa, 2013). As performatividades de proteção ou autoproteção (Lindón, 2017) e as fronteiras de convívio (Gomes; Ribeiro, 2018) implicam limitações da visibilidade e interações entre os distintos grupos no espaço público. Assim, as negociações, as disputas e os conflitos entre diferentes e desiguais, conforme o contexto, conduzem a distintas formas de convivência, assimétricas e arriscadas, nos limites de classe, gênero, raça ou etnia (Appadurai, 2018; Segura, 2019). Sobretudo, entendemos que a segmentação temporal das atividades e usuários, bem como a sociabilidade restrita entre distintos grupos e usuários, estão relacionadas com as novas desigualdades e diferenciações que caracterizam o processo de fragmentação socioespacial em curso, expressas nos espaços públicos de maior centralidade, evidenciando também relações com processos globais ligados ao consumo e as novas distinções sociais, dos quais as tribos urbanas são protagonistas.

4 | ESPAÇOS PÚBLICOS E PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES

O primeiro caso de práticas espaciais insurgentes que observamos em Maringá está diretamente relacionado com a Praça Pedro Álvares Cabral, conhecida como Praça da Patinação ou *Banks*²⁴ (Mapa 1). É um dos muitos casos de praça implantada nas dezenas de rotatórias que perfazem o plano viário original da cidade. Até os anos 1970, era um espaço gramado e com árvores, no início dos anos 1980, foi reformada para a prática de patinação. Localiza-se na Avenida Cerro Azul, em prolongamento da área central, portanto, de fácil acessibilidade, com a presença de diversas linhas de ônibus. Além disso, a praça está próxima de diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, como lojas, supermercado, lanchonetes e restaurantes. Como observamos, sobretudo o supermercado é utilizado pelos skatistas, pois chegam em distintos momentos

24 Palavra em inglês que se refere à construção em geral de concreto, no formato de concha com a parte convexa para cima usada na prática do skate.

com sacolas de compras, cujo logotipo é visível, o que pode ser evidência de que não há correspondência entre seu perfil socioeconômico e o padrão elevado dos estabelecimentos comerciais que ali predominam.

A apropriação da praça remete à década de 1980, quando ocorreu a sua refuncionalização pelos skatistas que instalaram equipamentos para o esporte, com materiais e recursos próprios, transformando-a em referência da atividade na cidade. Segundo Monteiro (2019), a praça já tinha se esvaziado quando foi notada pelos skatistas e praticantes de BMX. Em 1982, “os atletas constroem, sem a permissão da prefeitura, um *halfpipe*²⁵, a fim de potencializar suas manobras e atribuindo nova função àquele espaço”. Entre 1980 e 2016, todas as alterações da praça foram realizadas pelos principais frequentadores, skatistas (majoritários) e *bikers*.

Como já argumentamos, as tribos urbanas se apropriam do espaço público para a prática de atividades culturais, esportivas e de lazer, enfatizando a importância desses espaços para a formação de identidade coletiva. Esses grupos produzem circuitos de jovens que envolvem a apropriação de pedaços, manchas, trajetos da cidade, a partir de escolhas precisas, com base em normas e valores (Magnani, 2005). Em termos geográficos, a partir da articulação dos chamados terminais de conexão – praças, quadras, ruas, calçadas, bares e lanchonetes, terminais de ônibus, estações de trem ou metrô, dentre outros –, ocorre a formação de um território-rede no qual a sociabilidade do grupo é realizada (Turra Neto, 2009).

De acordo com Dias (2011, p. 120-122), assim como outras práticas juvenis, a do *skate* pode ser entendida como um estilo de vida, uma identidade cultural marcada pela contestação das normas e condutas homogeneizadoras, pois “detém um potencial simbólico de subversão social e apresenta-se como um modo de reverter os conteúdos de sujeição e dominação.” Ela propicia ampliação dos “circuitos e redes de trocas, sendo o meio privilegiado pelo qual o jovem se introduz na esfera pública.” É uma atividade que pode ser desenvolvida de diferentes modos e finalidades, para o alívio das tensões, diversão, exploração dos medos e limites do corpo, inclusive para competição. Em uma de suas modalidades, o *street*, é praticado por meio da “ocupação e ressignificação da arquitetura urbana” das ruas, largos, praças, passeio público etc., exigindo estratégias dos praticantes, considerando os acordos, as disputas e os conflitos envolvidos com proprietários, moradores e a polícia, que hoje se observam em diferentes países e continentes, a despeito da evidente influência estadunidense.

No caso de Maringá, identificamos a apropriação da referida praça como uma manifestação de insurgência e organização política desses jovens. As práticas espaciais insurgentes remetem a um “conjunto estruturado de ações” referenciadas à ideia de *práxis*, ou seja, é uma ação política que, em maior ou menor grau, questiona e busca “influenciar ou transformar as relações de poder” (Souza, 2020), assim, as práticas espaciais insurgentes dos *skatistas* combinam e utilizam estratégias socioespaciais complexas, as quais também foram identificadas por Souza (2020). A primeira delas é a territorialização no sentido restrito, ou seja, a presença física constante, a exemplo das ocupações, mais ou menos duradouras, que tendem a ser “ruidosas”. A segunda, é a territorialização no sentido amplo,

25 “Estrutura em formato de U, geralmente construído em madeira e que possibilita outras modalidades de *skate* e BMX” (Monteiro, 2019, p. 104).

na qual se questionam as regras do Estado ou dos proprietários privados, “sem a presença física dos transgressores/desafiadores”, normalmente feitas de modo silencioso e às escondidas, a exemplo do grafite. A terceira, a refuncionalização do espaço, ocorre a partir da apropriação e de modificações no espaço construído, a fim de possibilitar funções e usos, promovendo a ressignificação dos lugares. No caso analisado, ocorreram disputas entre agentes hegemônicos (poder público) e não hegemônicos (*skatistas* organizados).

A quarta estratégia é a formação de uma ONG e o uso das redes sociais virtuais para a organização das práticas ligadas ao *skate*, não só na referida praça, mas em outros espaços, além do *Banks*²⁶. A ONG foi fundada em 2001, como Associação dos *Skatistas* de Maringá – ASKM, e reúne, além dos *skatistas*, voluntários e empresários com o objetivo de viabilizar condições para a prática do esporte nesta cidade. Trata-se de circuitos econômicos alternativos baseados na construção de redes espaciais que possibilitem práticas multiescalares a partir dos territórios dissidentes.

Todavia, entre 2014 e 2016, em Maringá, uma série de batidas policiais objetivava afastar e criminalizar o principal público da praça. A prefeitura se baseou nos pedidos realizados pela Associação dos Moradores da Zona 02, área onde se localiza a praça e caracteriza-se pelo alto padrão das residências (Mapa 1). À época, o prefeito sugeriu a criação de três novas pistas de *skate* em áreas periféricas da cidade. Um dos frequentadores “ressaltou a irredutibilidade dos *skatistas* e ciclistas de BMX em desocupar a área, histórica para eles” (Monteiro, 2019, p. 106). Devido à organização política e resistência, em 2018, a praça foi reformada pelo poder público, com participação dos *skatistas*, por meio da ASKM, na orientação das obras²⁷. Tal ação se insere num contexto mais amplo de investimentos feitos pela atual gestão municipal (governo Ulisses Maia desde 2017), na revalorização dos espaços públicos localizados na área central, que evidencia seu papel, tanto no sentido do favorecimento de interesses imobiliários²⁸, como na contenção e amortecimento de conflitos. Como sugerem Delgado e Malet (2007), são ações que expressam uma “modalidade pastoral do poder”, que tenta dissuadir e persuadir qualquer dissidência, capacidade de resistir ou apropriação considerada inadequada da rua ou da praça, por meio da violência, se necessário, mas sobretudo pelos princípios abstratos de “coexistência de bons cidadãos”.

O caso analisado demonstra a capacidade de organização e luta política dos *skatistas* e *bikers*, com suas formas alternativas de fazer política, protagonizadas pelas tribos urbanas, com conquistas frente à tentativa de remoção pelo poder público e por moradores próximos à praça. Assim como no caso analisado, os estudos de Böes (2016) e Dias (2011) mostraram que as ações institucionais,

26 Já nos referimos à Praça da Catedral, onde a prática do *skate* está presente. Na Vila Olímpica, contígua ao Novo Centro, há uma pista de *skate* profissional. Além dessas, há, ao menos, quatro pistas em Maringá, porém distantes do centro.

27 A reforma envolveu uma série de melhorias na praça, como a instalação de dois superpostes com iluminação em LED, Academia da Terceira Idade (ATI), parque infantil, lixeiras e um complexo trabalho de jardinagem e paisagismo. A pista de patinação foi repaginada, teve as rampas recuperadas e ganhou novos obstáculos, além da instalação do “*bowl*” – uma rampa em formato de piscina, que vinha sendo solicitada há tempos e teve a participação de praticantes de *skate* em sua construção (Prefeitura Municipal de Maringá, Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=8d271427fb558d&id=32523>. Acesso em: 10 dez. 2023).

28 O lançamento de empreendimentos verticais de alto padrão, que se vale da presença da praça e dos parques em sua campanha de *marketing*, é revelador de tais interesses.

sobretudo da polícia, mas também as proibições e a criação de obstáculos às práticas dos skatistas, tiveram efeitos contrários, fortalecendo suas identidades e práticas por meio da adoção de novas estratégias, que incluem o uso das redes sociais virtuais para a mobilização.

Conforme já mencionamos, durante o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19, em 2020, os skatistas continuaram a usar a praça, sem máscara, mesmo quando houve a interdição de todos os espaços públicos, decretada pela Prefeitura Municipal de Maringá. As observações que fizemos indicam que a Praça da Patinação possui uso cotidiano, principalmente pelos skatistas, seu público majoritário, sobretudo no entardecer e início da noite. Ela é utilizada como local de encontro deste público, uma vez que muitos dos praticantes chegam apenas para conversar com membros do grupo. Inclusive, segundo alguns deles nos disseram, a maior parte vem das proximidades, mas outros vêm de bairros distantes e até de outras cidades, nos finais de semana, principalmente, indicando que a praça exerce atração ampla que se estende a toda a aglomeração urbana²⁹.

A presença de *skatistas*, o público majoritário da praça, além de casais e crianças, outros adultos e idosos (em menor número, que usam a ATI, ficam a descansar ou observar o movimento) confirma que é uma praça utilizada por sujeitos distintos. Essa condição favorece a visibilidade, os imprevistos e as novidades lá observadas; entretanto, as poucas interações entre os distintos sujeitos sociais, as disputas e os conflitos explicitados evidenciam as limitações e dificuldades de convívio entre os diferentes e desiguais no espaço público (Cortés, 2008; Delgado; Malet, 2007; Appadurai, 2018; Segura, 2019).

Um segundo caso de prática espacial insurgente foi identificado em meio às restrições e ao isolamento social impostos pela pandemia de Covid-19. Ele decorreu da proibição do funcionamento de bares, *shows* e outros lazeres noturnos, quando muitos jovens de Maringá se organizaram para realização de festas, criando centralidades e, assim, espaços públicos, que afrontam o poder público, ao mesmo tempo em que ocupam vazios urbanos, chamados “picos”³⁰. Os “picos” são espaços, normalmente em área de expansão urbana, como áreas verdes ou terrenos ainda vazios, apropriados geralmente por jovens, mas também por outros perfis etários da população, para atividades diversas, incluindo caminhadas e esportes, festas e baladas, que ocorrem em torno de automóveis equipados com aparelhos de som potentes. No caso analisado, trata-se de uma ampla área que envolve o antigo aeroporto e as áreas externas do chamado Eurogarden, que assumiram a função de espaço público.

Para compreendermos a produção dos espaços públicos, é importante reafirmar que não é apenas o estatuto jurídico que o define enquanto tal, mas, sobretudo, seus usos, funções e significados. O espaço público é o local da ação política, assim como a *ágora grega* (Arendt, 1991), é a dimensão social da ação comunicativa ou a chamada esfera pública (Habermas, 2014). De acordo com o enfoque geográfico, o espaço público caracteriza-se pela combinação entre as duas dimensões, a filosófica/política e a material/jurídica (Gomes, 2002). É fundamental reconhecer a *“pluralidad de usos, significados y funciones de un*

29 Além de Maringá, a aglomeração urbana é composta por Sarandi e Paiçandu.

30 Conforme relatado em entrevistas e observado em trabalho de campo, os encontros e usos dos “picos” já eram comuns, sobretudo pelos jovens, mas se intensificaram durante a pandemia.

espacio de y para los encuentros y las intersecciones”, que transcende a acepção jurídica e a distinção básica entre público e privado, limitada à ideia de encontro e visibilidade generalizada (Delgado; Malet, 2007, p. 1). Para estes autores, é o espaço produzido para um tipo específico de sociabilidade entre estranhos: a praça, o mercado, a estação, o parque, a praia etc.

Sennett (1999) apontou para mudanças no sentido de espaço público sob a generalização do consumo e do espetáculo, quando esses espaços se tornam derivação do movimento, esvaziando seu sentido político. Davis (1993) mostrou como a substituição de usos e práticas espaciais, a partir da implementação de projetos de reabilitação urbana, agravaram inclusive a segregação social e racial nas cidades dos EUA. Entretanto, nossos resultados de pesquisa permitem reinterpretar o sentido de “destruição” (Davis, 1993) ou “morte” (Sennett, 1999) como devir, ou seja, como processo que abre caminho para o novo, com a modificação e/ou adaptação dos conteúdos e dos significados do espaço público de caráter contraditório, assim como apontam alguns estudos já citados (Duhau; Giglia, 2010; Gomes; Ribeiro, 2018; Castro, 2018; Souza, 2020).

A dicotomia entre público e privado não dá conta da complexidade das relações sociais na cidade. Os espaços coletivos são construídos a partir de práticas sociais, ou seja, são resultados de interações entre as pessoas e não apenas de uma definição jurídica. A criação de espaços coletivos por grupos de moradores é uma forma de construir espaços públicos, a partir de uma lógica diferente daquela imposta pelo poder público. Esses espaços são importantes porque permitem que os moradores se apropriem e os produzam a partir de suas necessidades e desejos. Esses novos espaços públicos podem ser definidos como aqueles que são utilizados coletivamente, mas que não são de propriedade ou controle do governo. Os centros culturais autônomos, praças e parques comunitários são exemplos. Mas destacamos também os espaços coletivos temporários, que são criados para eventos específicos, como festivais, ocupações culturais e manifestações (Hou, 2010). Esses são geralmente criados em locais abandonados ou subutilizados e buscam proporcionar o encontro e a mobilização para diferentes grupos e coletivos.

Nesse sentido, o espaço é um produto social e sua produção é moldada por relações sociais de poder e cultura que interferem nos espaços públicos e privados (Lefebvre, 2000). Devemos considerar que atualmente os usos e as funções dos espaços públicos ainda são muitas vezes mediados pelas redes sociais virtuais, *locus* em que os debates públicos são mobilizados, seja acerca das questões de classe, seja em relação aos novos *habitus* de lazer e consumo, e as práticas espaciais dos movimentos sociais, coletivos e tribos urbanas, como estamos argumentando. Portanto, torna-se questionável o esvaziamento do sentido político, inclusive pela possibilidade de produção de novas modalidades de espaço público para além do sentido jurídico do termo.

Dentre as cidades que pesquisamos, além de Ribeirão Preto, também no caso de Maringá³¹, a partir de entrevistas e trabalhos de campo, observamos um número considerável de jovens que fazem uso de espaços coletivos, os chamados “picos”, para atividades de lazer, encontros com amigos, atividades esportivas e culturais, como batalhas de *rap* (Roxo; Góes, 2021). Pensamos esses “picos”

31 No âmbito da equipe do Projeto Temático FragUrb, também são pesquisadas as cidades de Presidente Prudente e São Paulo (SP), Chapecó (SC), Mossoró (RN) e Marabá (PA).

e as práticas espaciais que neles ocorrem, inclusive as festas, como produtoras de novas centralidades decorrentes de espaços públicos efêmeros, como já afirmamos. Primeiro, centralidade porque “não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade” (Lefebvre, 1999, p. 93). Segundo, por concentrar os fluxos do não trabalho e do lazer em determinadas localizações, em dias e horários específicos, conforme a renda e os grupos sociais, expressam uma centralidade cambiante (Sposito, 2001). Por último, espaços públicos, porque, como já mencionamos, são as práticas espaciais, ainda que efêmeras e com distintos ritmos, que definem seu caráter, não apenas o seu *status* jurídico. De fato, é a possibilidade concreta e realizada do uso coletivo, conforme a proximidade e/ou a acessibilidade, que define a centralidade e o seu caráter público, apesar de, muitas vezes, ocorrer nos interstícios do espaço urbano. São terrenos vazios, becos e vielas, campos de futebol improvisados, feiras livres, dentre outros locais, apropriados para o lazer, o jogo, o encontro, a diversão, expressando as centralidades lúdicas (Serpa, 2007)³².

A distribuição dos equipamentos de lazer e consumo é um poderoso organizador das ditas práticas, pois gera possibilidades relativamente limitadas, que muitas vezes reproduzem as desigualdades socioespaciais. No entanto, a modernidade (diferente, periférica, inconclusa, múltipla) dos espaços urbanos, principalmente os periféricos, conduz à produção de distintas formas de espaço público e de consumo, em relação aos centros comerciais e de serviços, evidenciando as (des)ordens urbanas (Duhau; Giglia, 2010), inclusive as produzidas pelas práticas espaciais insurgentes, como estamos argumentando.

No caso analisado, segundo informações veiculadas na mídia e corroboradas por jovens entrevistados, foi pelo *WhatsApp*, mesmo durante a pandemia de Covid-19, que os organizadores enviavam mensagens sobre o local da festa e em poucos minutos a ocupação ocorria, podendo reunir até mil jovens, muitos dos quais não usavam máscaras e ignoravam recomendações de distanciamento físico. Ainda que possamos questionar a atitude desses jovens, mais preocupados com a realização de seu lazer e seus desejos do que com a saúde pública, o caso mostra sua capacidade de organização para fazer frente a interesses determinados. Durante a pandemia, a Polícia Militar, a partir de denúncias de moradores, tentou conter as aglomerações, sobretudo no período noturno, porém muitas vezes não obteve êxito, pois os participantes, depois de dispersos, retornavam ou iam para outro lugar de encontro, que podia ser desde lojas de conveniência até outros “picos”, inclusive em áreas rurais, o que reitera a efemeridade a que já nos referimos.

O hedonismo contemporâneo mobiliza, nesse sentido, práticas espaciais e novas ações políticas de caráter efêmero. Essas novas coletividades e suas ações se baseiam no que possuem de particular, libertário, imaginário e afetual, aspectos que favorecem a fusão, efervescências pontuais de forte carga hedonista

32 O termo “centralidade lúdica” é empregado por Serpa (2007), tendo como base a obra de Henri Lefebvre. Segundo Serpa, Lefebvre defende o jogo lúdico como valor supremo, superando os valores de uso e troca, destacando que o espaço urbano proporciona encontros, possibilidades, imprevistos e movimento para as pessoas da cidade. Essa dinâmica pode resultar na formação de novas centralidades urbanas, renovadas e baseadas nas experiências cotidianas dos moradores, que são os principais agentes transformadores desses espaços (Serpa, 2007).

e presenteísta. Pouco importa o objetivo a atingir, o sentido está no momento “oportuno”, partilhado aqui e agora, no ato, não se projetando no futuro (Maffesoli, 2005, p. 209-211).

O caso analisado se caracteriza como uma sociabilidade fragmentária pouco afeita às regras e normativas sociais, ainda mais evidente na condição excepcional de crise de saúde pública causada pela Covid-19. Essa (des)ordem espacial produzida pelas festas clandestinas nos “picos” indica uma prática espacial insurgente, menos afeita ao social e mais aos desejos compartilhados entre os jovens. Em outros termos, o hedonismo contemporâneo reproduz mais o ideal de grupo ou comunidade do que de civismo (Gomes; Ribeiro, 2018), que expressa as novas divisões socioespaciais sob a lógica fragmentária. Ainda assim, são manifestações coletivas, mediadas pelas redes sociais virtuais, que se realizam em novos espaços públicos produzidos a partir da refuncionalização de terrenos vagos em áreas de expansão urbana.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos analisados em Maringá indicam uma complexificação das relações público-privado, bem como das diversas formas de produção e apropriação do espaço público sob a lógica fragmentária. Os usos dos espaços públicos são reveladores dos ritmos e das diversas ordens urbanas da cidade (Duhau; Giglia, 2016), bem como das novas distinções entre as classes e grupos sociais (Bourdieu, 2007), a exemplo das tribos urbanas, que se apropriam do espaço de acordo com possibilidades desiguais (Roxo; Góes, 2021). São aspectos que articulam lógicas globais e que adquirem especificidades nos lugares.

Os projetos pontuais do poder público, como eventos culturais e turísticos na Praça da Catedral, as reformas e a refuncionalização de praças do centro, expressam uma visão compartimentada da cidade, mais preocupada em promover determinada imagem, alinhada com processos globais de valorização do capital imobiliário, mas também no sentido de administrar os usos e eventuais conflitos no/pelo espaço público, corroborando com outros autores (Cortés, 2008; Carrión, 2016; Duhau; Giglia, 2016; Delgado; Malet, 2007). Grandes projetos, como Novo Centro, Eurogarden, Zona 10 (Tows, 2015), os novos *shopping centers*, dentre outros, nas áreas mais valorizadas da cidade, mas também a periferação das habitações populares, são representativos da lógica territorial imposta pelo poder público, em parceria com a iniciativa privada, que reproduz a lógica fragmentária do capital e do espaço urbano (Prévôt-Schapira, 2001; Navez-Bouchanine, 2002).

Nesse contexto, a análise das práticas espaciais em duas praças centrais da cidade permitiu evidenciar especificidades dos usos e funções dos espaços públicos, para além do debate sobre sua “morte” ou “destruição”. Na praça com maior centralidade, a Praça da Catedral, foram caracterizados processos contraditórios, que envolvem a presença de grupos e cidadãos de segmentos socioeconômicos e tribos urbanas diversas, revelando, a um só tempo, as novas distinções sociais, os limites das possibilidades de encontro entre os diferentes (Cortés, 2008; Delgado; Malet, 2007), a conformação de microterritorialidades (Serpa, 2013), mas também a possibilidade de negociação e visibilidades mútuas, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da cidadania (Gomes; Ribeiro, 2018; Castro, 2018; Souza, 2020).

Nesse sentido, também observamos a segmentação temporal dos usos e públicos, conforme os dias e horários da semana, evidenciando ritmos que estão relacionados às desigualdades socioespaciais no acesso ao lazer, a partir das dificuldades de usuários oriundos das periferias urbanas de acessar os espaços públicos centrais, sobretudo aqueles que não possuem veículo próprio. Além disso, na mesma praça, a presença de *food trucks*, vendedores ambulantes, treinadores e seus alunos, grupos religiosos etc. caracterizam a justaposição de microterritorialidades, o que é revelador do processo de privatização do espaço público, ou seja, os interesses de grupos e agentes se sobrepõem aos demais, tal como constatado por Duhau e Giglia (2010) na Cidade do México, ainda que de modo predominantemente efêmero, como observamos em Maringá³³.

Em outra praça, analisamos a tentativa do poder público e de moradores para afastar os skatistas, que a refuncionalizaram para suas práticas desde os anos 1980. Nesse caso, são significativas as mobilizações de caráter antagônico que expressam a tentativa de negação de certos usos, a partir da repressão policial e, posteriormente, dos investimentos realizados pelo poder público como mecanismo de controle ideológico e dos usos dos espaços públicos (Delgado; Malet, 2007). Entretanto, a força dos coletivos reafirma a fundamental importância do espaço público como *locus* da ação política (Gomes; Ribeiro, 2018; Castro, 2018) e as modificações da esfera pública. Mediada pelas redes sociais virtuais, essas ações evidenciam principalmente as características das disputas políticas que refletem a lógica socioespacial fragmentária, não apenas atrelada às questões de classe, mas também às disputas identitárias de coletivos e tribos urbanas (Roxo; Góes, 2021).

Por fim, verificamos a produção de novos espaços públicos, os chamados “picos”. São espaços de uso coletivo para o lazer cotidiano, tal como sugere Hou (2010), cuja força política das práticas espaciais insurgentes se evidencia na realização de festas clandestinas, em contexto de restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Essa insurgência, ao mesmo tempo em que confronta ações e normativas do poder público, reflete a negação do social em favor da realização imediata dos desejos de caráter hedonista e presenteísta de parcela da juventude (Maffesoli, 2005), além de expressar a produção das (des)ordens urbanas sob a lógica fragmentária ■

33 Reiteramos que, conforme Duhau e Giglia (2010), a privatização do espaço público refere-se ao processo de disseminação de equipamentos estatutariamente de propriedade privada, porém destinados ao uso público, como os parques temáticos, *shopping centers* e clubes que selecionam o público e definem as regras de comportamento. Um outro modo de privatização se refere aos espaços públicos submetidos a grupos de segurança e controle privados, culminando na restrição do acesso e/ou fechamento de praças, parques e ruas, por exemplo. Outro tipo de privatização é decorrente da apropriação e controle por grupos específicos, como traficantes e organizações criminosas em ruas ou favelas de espaços periféricos. Um último processo de privatização está relacionado com a expansão dos espaços residenciais fechados. Todas elas indicam restrições à acessibilidade e inclusividade, a substituição da regulação do espaço público por corporações privadas ou grupos sociais e o retrocesso do caráter público e do livre acesso a tais espaços.

Recebido em: 01-02-2023

Aceito em: 04-04-2024

REFERÊNCIAS

- ANGELIS, Breno Luiz Domingos de; ANGELIS NETO, Generoso de. Os elementos de desenho das praças de Maringá – PR. *Acta Scientiarum*, v. 5, n. 22, p. 1445-1454, 2000.
- APPADURAI, Arjun. The risks of dialogue. *Mecila Working Paper Series No. 5*, São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, 2018.
- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BOCATO JR, Francisco Carlos. *As inter-relações entre uso público, os danos ambientais e a gestão do Parque do Ingá, Maringá-PR*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.
- BÖES, Guilherme Michelotto. Além Das ruas: imaginação e espaços da cidade pelo skate. *Gestão e Desenvolvimento*, v. 13, n. 1, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria prática: precedido de três estudos de etnologia kabila*. Oeiras: Celta, 2012.
- BOVO, Marcos Clair. *Áreas verdes urbanas, imagem e usos: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR*. 2009. 324 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.
- CASTRO, Iná Elias de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? *Geografares*, n. 26, p. 12-33, 2018.
- CARRIÓN, Fernando. El espacio público es una relación, no un espacio. In: KURI, Patricia Ramírez (Org.). *La reinención del espacio público en la ciudad fragmentada*. Ciudad de México: UNAM, 2016, p. 13-47.
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. *A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR – 1947-1982*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- CORTÉS, José Miguel Garcia. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 1993.
- DELGADO, Manuel; MALET, Daniel. El espacio público como ideología. In: JORNADAS MARX SIGLO XXI, Logroño, 2007. *Actas...* Logroño: Universidad de la Rioja, 2007.
- DIAS, Giuslaine de Oliveira. *Skateboard para além do esporte: manifestação social e movimento cultural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- DUHAU, Emilio; GIGLIA, Angela. El espacio público en la ciudad de México: de las teorías a las prácticas. In: GARZA, Gustavo; SCHTEINGART, Martha (Org.). *Los grandes problemas de México II: desarrollo urbano y regional*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2010.
- DUHAU, Emilio; GIGLIA, Angela. *Metrópolis, espacio público y consumo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- GIGLIA, Angela. *Habitar, orden cultural y tipos de habitats*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2012.
- GÓES, Eda Maria et al. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba: Appris, 2019.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Habitus consumidor: a casa, o carro e a dívida*. In: GÓES, Eda Maria; CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica; FURINI, Luciano Antonio; CATELAN, Márcio José; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba: Appris, 2019, p. 47-76.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MILANI, Patricia Helena; CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica; ROXO, Rafael; SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. Entrevistas com cidadãos: perspectiva para análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária In: GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos (Org.). *Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, p. 71-122.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de Geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa; RIBEIRO, Letícia Parente. Espaços públicos como lugares da política. *Geografares*, n. 26, p. 5-11, 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

HOU, Jeffrey. *Insurgent public space: guerrilla urbanism and the remaking of contemporary cities*. London: Routledge, 2010.

JACOBS, Janes. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KOHN, Margaret. Homo spectator: public space in the age of the spectacle. *Philosophy & Social Criticism*, v. 34, n. 5, p. 467-486, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

LEGROUX, Jean. A lógica espacial fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia. v. 22, n. 81, p. 235-248, jun. 2021.

LEONARDO, Vera Sirlene. *Do desenho nacional à dinâmica local: a implementação do PMCMV em Maringá (PR)*. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

LINDÓN, Alicia. La ciudad en movimiento: cotidianidades, afectividades corporizadas y redes topológicas. *Revista Inmediaciones de la Comunicación*, v. 12, n. 1, p. 107-126, 2017.

MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político, a tribalização do mundo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005.

MAGRINI, Maria Angélica; CATALÃO, Igor. Direito à cidade e consumo: contradições e convergências. In: GÓES, Eda Maria et al. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba, Appris, 2019.

MENEGUETTI, Karin Schwabe; REGO, Renato Leão; BELOTO, Gislaine Elizete. Maringá – a paisagem urbana e o sistema de espaços livres. *Paisagem e Ambiente*, n. 26, p. 29-50, 2009.

MONTEIRO, Felipe Violi. *Cartografias em trânsito: a mobilidade de bicicleta pela cidade*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. La fragmentation: sources et definitions. In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise (Org.). *La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale*. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 45-103.

- PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 19, p. 33-56, dez. 2001.
- RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.
- RODRIGUES, Ana Lúcia *et al.* Estrutura e organização social do território da Região Metropolitana de Maringá. In: RODRIGUES, Ana Lúcia (Org.). *Maringá: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 147-184.
- ROXO, Rafael; GÓES, Eda Maria. Hip-hop, espaço público e o processo de fragmentação socioespacial em Ribeirão Preto/SP. *Caderno de Geografia*, v. 31, n. 66, p. 889-917, 2021.
- SANTOS, Jackeline Helen Gonçalves dos. *Desdobramentos da lógica socioespacial fragmentária sobre o par espaço público-espaço privado em Maringá – PR e Ribeirão Preto – SP*. Relatório de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 2019/09945-4. 2020.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna, espaço fragmentado. *Inforgo*, n. 12-13, p. 225-236, dez. 1998.
- SEGURA, Ramiro. Convivialidad en ciudades latinoamericanas: un ensayo bibliográfico desde la antropología. *Mecila Working Paper No. 11*, São Paulo: The Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America, 2019.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SERPA, Angelo. A cidade e o urbano: discutindo o conceito de centralidades lúdicas. *Espaço e Geografia*, v. 10, n. 1, p. 265-278, 2007.
- SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 169-188.
- SILVA, William Ribeiro da. A redefinição da centralidade em cidades médias. Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 26-30 maio 2008. *Actas [...]*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008.
- SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação socioespacial. *Mercator*, v. 19, p. 1-13, 2020.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: Programa de Pós-graduação em Geografia; FCT; UNESP, 2001, p. 235-254.
- SOUZA, André Felix de. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. *Geografares*, n. 26, p. 182-213, 2018.
- SOUZA, André Felix de. *Sociabilidade pública nas praças tijucanas: uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para a existência das sociedades republicanas e democráticas*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- TOWS, Ricardo Luiz. *Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- TURRA NETO, Nécio. Punk e hip-hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade. *Cidades*, v. 6, n. 9, p. 121-154, 2009.